

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO  
PRÉ CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PRÉ CAR  
PARA IMÓVEIS RURAIS INSERIDOS NO SIGEF DO INCRA

PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL

PESSOA FÍSICA – DADOS PESSOAIS

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
APELLIDO: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL E/OU TÉCNICO

NOME: \_\_\_\_\_  
FUNÇÃO/CARGO: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO RESIDENCIAL PARA CORRESPONDÊNCIA

É necessário informar um endereço de correspondência em área urbana para esse imóvel. Esse endereço poderá ser utilizado para o envio de futuras correspondências relacionadas à regularização do seu imóvel.

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
CELULAR: \_\_\_\_\_

**DADOS DO IMÓVEL RURAL**

NOME DO IMÓVEL: \_\_\_\_\_

O imóvel está localizado em Zona: [ ] Rural [ ] Expansão Urbana [ ] Urbana

**DADOS DO CADASTRANTE**

Nome do Cadastrante: \_\_\_\_\_

Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**MÓDULO DE DOMÍNIO**

Pessoa: [ ] Física – [ ] Jurídica

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia (pessoa jurídica): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (pessoa física): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Logradouro: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

**MÓDULO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA**

Documentos de comprovação da Concessão, Propriedade ou Posse e Situação da Reserva Legal:

Tipo de Titularidade: [ ] Concessão [ ] Propriedade [ ] Posse

Tipo de documento de comprovação em caso de CONCESSÃO:

- [ ] Concessão de Direito Real de Uso – CDRU;
- [ ] Decreto de Declaração de Interesse Social expedido pela Presidência da República para Territórios Quilombolas;
- [ ] Portaria de Reconhecimento do INCRA;
- [ ] Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI;
- [ ] Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS.

Área (ha): \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade do documento: \_\_\_\_\_

Tipo de documento de comprovação em caso de PROPRIEDADE:

- [ ] Contrato de compra e venda;
- [ ] Em regularização;
- [ ] Certidão de registro;
- [ ] Escritura.

Nº da Matrícula: \_\_\_\_\_ Data do documento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Área (ha): \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Município do Cartório: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_ Folha: \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade no documento: \_\_\_\_\_

Tipo de documento de comprovação em caso de POSSE:

- [ ] Termo de auto declaração de Posse;
- [ ] Autorização de Ocupação\*;
- [ ] Carta de Anuência\*;
- [ ] Concessão real de direito de uso\*;
- [ ] Contrato de alienação de terras públicas\*;
- [ ] Contrato de assentamento do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)\*;
- [ ] Contrato de promessa de compra e venda;
- [ ] Contrato de concessão de domínio de terras públicas\*;
- [ ] Contrato de concessão de terras públicas\*;
- [ ] Contrato de transferências de aforamento\*;
- [ ] Declaração de assentamento Municipal;
- [ ] Declaração do sindicato rural;
- [ ] Declaração dos confrontantes;
- [ ] Licença de ocupação\*;
- [ ] Termo de doação\*;
- [ ] Título de domínio\*;
- [ ] Título de propriedade sob condição resolutiva\*;
- [ ] Título de ratificação\*;
- [ ] Título de reconhecimento de domínio\*;
- [ ] Título definitivo, com reserva florestal, em condomínio\*;
- [ ] Título definitivo sujeito a re-ratificação\*;
- [ ] Título definitivo transferido, com anuência do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)\*.

Para ser preenchido para as opções acima assinaladas com asterisco (\*):

Data do documento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Área (ha): \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade no documento: \_\_\_\_\_

Emissor do documento: \_\_\_\_\_

Para ser preenchido caso a opção assinalada seja: Termo de auto declaração

Área (ha): \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade no documento: \_\_\_\_\_

Termo de autodeclaração: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para ser preenchido caso a opção assinalada seja: Contrato de promessa de compra e venda

Data do documento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Área (ha): \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade no documento: \_\_\_\_\_

Nome do vendedor: \_\_\_\_\_

CPF do vendedor: \_\_\_\_\_

Para ser preenchido caso a opção assinalada acima seja: Declaração de assentamento Municipal, Declaração do sindicato rural ou Declaração dos confrontantes

Área (ha): \_\_\_\_\_

Denominação da propriedade no documento: \_\_\_\_\_

Nome do declarante: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ do declarante: \_\_\_\_\_

Logradouro: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

**Documentação:** Comprovação de Concessão, Propriedade ou Posse: (Anexar documento quando existir). Qual a situação da Reserva Legal?:

- [ ] Não Possui;
- [ ] Possui Termo de Compromisso de Averbação Dentro do Imóvel;
- [ ] Possui Termo de Compromisso de Averbação Fora do Imóvel;
- [ ] Possui Termo de Responsabilidade Dentro do Imóvel;
- [ ] Possui Termo de Responsabilidade Fora do Imóvel;
- [ ] Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Dentro do Imóvel;
- [ ] Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Fora do Imóvel;

Comprovação da Reserva Legal: (Anexar documento quando existir).

Não preencher abaixo em caso de (Não Possui).

Área de Reserva Legal (ha): \_\_\_\_\_

Nº do documento de comprovação da Reserva Legal: \_\_\_\_\_

Data do documento de comprovação da Reserva Legal: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### MÓDULO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre o imóvel rural: \_\_\_\_\_

Deseja aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, caso o imóvel rural possua (uma das situações a seguir ocorridas até 22 de julho de 2008):

1-Necessidade de recomposição de áreas de APP e de uso restrito;

2-Déficit referente à Reserva Legal;

3-Autuação?

- [ ] Sim [ ] Não

Qual a alternativa você pretende adotar, isolada ou conjuntamente, para regularizar o déficit de Reserva Legal?

- [ ] Compensar a Reserva Legal;
- [ ] Permitir a regeneração natural;
- [ ] Recompensar a Reserva Legal.

Caso realize compensação, como deseja compensar a área de déficit de Reserva Legal?

- [ ] Adquirir Cota de Reserva Legal – CRA;
- [ ] Arrendar área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;
- [ ] Cadastrar área equivalente de mesma titularidade com vegetação nativa em regeneração ou recomposição desde que localizada no mesmo bioma;
- [ ] Doar ao poder público área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;
- [ ] Não irei realizar compensação.

Existe Termo de Ajuste de Conduta (TAC) aprovado referente à regularização de APP, Reserva Legal ou Área de Uso Restrito? [ ] Sim [ ] Não

Á Reserva Legal do imóvel rural está submetida à legislação de que período?

- [ ] A partir de 22/07/2008 – Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;

[ ] 21/01/2001 a 21/07/2008 - MP nº 2.166-67, de 21 de janeiro de 2001;

[ ] 27/12/2000 a 20/01/2001 - MP nº 2.080, de 21 de janeiro de 2001;

[ ] 14/12/1998 a 26/12/2000 - MP nº 1.736-19/31 de 14 de dezembro de 1998, MP nº1885-38/44 de 29 de junho de 1999 a MP nº1.956 de 09 de dezembro de 1999;

[ ] 11/12/1997 a 13/12/1998 - MP nº 1.605-18, de 11 de dezembro de 1997;

[ ] 25/07/1996 a 10/12/1997 - MP nº 1.511-1, 25 de julho de 1996;

[ ] 19/10/1994 a 24/07/1996 - Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994;

[ ] 18/07/1989 a 18/10/1994 - Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;

[ ] 15/09/1965 a 17/07/1989 - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

[ ] 23/01/1934 a 14/09/1965 - Decreto de Lei nº 23.793, de 23 de janeiro 1934;

[ ] Anterior a 23/01/1934.

#### DECLARATÓRIO

Reside no imóvel rural:  Sim  Não

Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP?  Não  Sim

Se sim, informe o número da DAP: \_\_\_\_\_ Data de vencimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Enquadra-se em que categoria de beneficiário?

Beneficiário Especial\*: abrange o produtor familiar e o empreendedor familiar rural, povos e comunidades tradicionais (até 4 módulos fiscais municipais)

Beneficiário comum: abrange os produtores rurais que não estão inseridos na categoria “Beneficiário Especial”

\*Incluídos na categoria de agricultura familiar conforme a lei 11.326/2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

A renda familiar é predominantemente originária das atividades econômicas desenvolvidas no imóvel?  Sim  Não

A mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas no imóvel é predominantemente familiar?  Sim  Não

Desmatou Área de Reserva Legal?  Sim  Não

Desmatou alguma Área de Remanescente de Vegetação Nativa n o imóvel rural dos seguintes períodos?

Desmatou anterior a 22/07/2008

Desmatou posterior a 22/07/2008

Existe área desmatada na Área de Preservação Permanente – APP que configure o passivo ambiental no imóvel rural?  Sim  Não

OBS.: O Beneficiário especial deverá anexar a este documento o DAP

#### PROCESSOS AMBIENTAIS

Possui licenciamento ambiental da SUDEMA ou IBAMA?  Não  Sim

Se sim, marcar:

Modalidade da licença:  LP  LI  LO

Atividade licenciada: \_\_\_\_\_

Número da licença: \_\_\_\_\_

Data de expedição da licença: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Validade da licença: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### PROCESSOS AMBIENTAIS

Existem autos de infração/incidentes sobre o imóvel?  Não  Sim

Se sim, informe:

Instituição responsável pela lavratura do auto de infração: \_\_\_\_\_

Motivo da autuação: \_\_\_\_\_

Data da autuação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Existem termos de embargos/incidentes sobre o imóvel?  Não  Sim

Se sim, informe:

Instituição responsável pela lavratura: \_\_\_\_\_

Motivo: \_\_\_\_\_

Data do embargo: \_\_\_\_\_

#### SISTEMA DE COORDENADAS

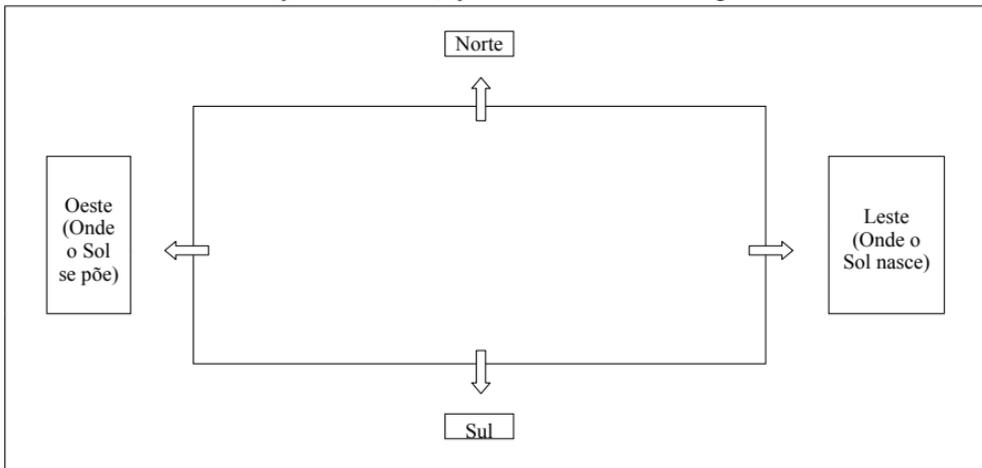
UTM E(m): \_\_\_\_\_ N(m): \_\_\_\_\_  
 Geográficas Lat(φ) \_\_\_\_\_ Long(λ) \_\_\_\_\_

SISTEMA DE REFERÊNCIA  Geocêntrico  SIRGAS-2000  WGS-84

MERIDIANO CENTRAL DE REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_ FUSO: \_\_\_\_\_

## CROQUI DO IMÓVEL RURAL

Desenhe abaixo um croqui do imóvel rural, apontando a área de Reserva Legal.



### Observação:

Orientamos aos cadastrantes que apresentem, caso possuam, quaisquer plantas, projetos e/ou croquis do imóvel rural que auxiliem no cadastro do imóvel quando da sua demarcação por meio do desenho das áreas, se aplicável, de interesse social e/ou utilidade pública, localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, Cursos D'água (Rios, reservatórios naturais e artificiais e nascentes) das áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais.

Exemplos: Planta planialtimétrica do imóvel rural, croqui de situação do imóvel rural, croquis diversos delimitando a área do imóvel, outros.

Obrigatoriamente deverão ser apresentados os documentos listados no artigo Art. 55. da Lei 12.651/2012. A inscrição no CAR dos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º observará procedimento simplificado no qual será obrigatória apenas a apresentação dos documentos mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 29 e de croqui indicando o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal.

1. Este documento garante o cumprimento do dispositivo nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida Lei;

2. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;

3. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que está sujeito à validação pelo órgão competente. Dessa forma, declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais. Autorizo o referido cadastrante - técnico da SUDEMA - a realizar os procedimentos cartográficos necessários a resguardar a integridade dos dados cartográficos contidos na planta planialtimétrica e no memorial descritivo anexado a este documento.

João Pessoa-PB, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome legível

Assinatura do proprietário ou possuidor

Para Uso Exclusivo da Divisão de Atendimento (DIAT)

Protocolo de Atendimento:	Técnico responsável pelo Atendimento:

Para Uso Exclusivo do Setor de Geoprocessamento

Nº de Atendimento:	Técnico responsável pelo lançamento:
Carimbo do Setor	Chefe do Setor:
	Jancerlan Gomes Rocha Matricula 720.541-0